



REVISTA ELITE: EDUCAÇÃO, LINGUAGENS E TECNOLOGIAS.

ISSN: 26755718

**O NAI-NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DO *CAMPUS XI*-UNEB
E O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM NEE**

**NAI-NUCLEO DE ACCESIBILIDAD E INCLUSIÓN DE
CAMPUS XI-UNEB, E EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON
NEE**

Jusceli Maria Oliveira de Carvalho Cardoso
Uneb, CAMPUS XI

Belmira Sena Santos
Uneb, CAMPUS XI

Lucas de Carvalho Cardoso
Uneb, CAMPUS XI

Márcia Raimunda de Jesus Moreira da Silva
Uneb, CAMPUS XI

Resumo

Entre os princípios fundamentais da educação inclusiva está a compreensão de que o acesso, a permanência e aprendizagem por meio da educação é um direito incondicional de todas as pessoas. Neste sentido, este artigo discute como acontecem os processos de acolhimento e inclusão dos estudantes com NEE (Necessidades Educacionais e Especiais) e ou com deficiência do *Campus XI*, Serrinha. Enfocando como objetivo geral: refletir e conhecer os processos de acolhimento e atenção educativa aos estudantes com deficiência e ou NEE. Como objetivos específicos destacam-se: Identificar as ações de acolhimento efetivadas pelo NAI, verificar as estratégias de atendimento de estudantes, elucidar possíveis dificuldades e demandas enfrentadas pela equipe na efetivação das ações promovida pelo referido Núcleo. O estudo que subsidiou a escrita do presente artigo foi uma pesquisa qualitativa, de foco bibliográfico e empírico, com uso de entrevistas semiestruturadas, realizadas por intermediação tecnológica, a partir de interações nas redes sociais e aplicativos específicos de comunicação. Na condução teórica, dialogou-se com os escritos de: Ferreira e Cardoso (2018), Santiago (2019), Silva e Cardoso (2018), Woos e Conte (2020) e outros documentos referenciais.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Universidade. Educação.

Resumen

Entre los principios fundamentales de la educación inclusiva se entiende que el acceso, la permanencia y el aprendizaje a través de la educación es un derecho incondicional de todas las personas. En este sentido, este artículo analiza cómo se desarrollan los procesos de acogida e inclusión de estudiantes con NEE (Necesidades Educativas y Especiales) y / o con discapacidad en el Campus XI, Serrinha. Enfocando como objetivo general la reflexión sobre el proceso de acogida, atención educativa a los estudiantes, las posibilidades y demandas que enfrenta el equipo de NAI para mantener el trabajo realizado. Los objetivos específicos incluyen la identificación y las acciones de acogida que realiza el NAI; verificar las estrategias de atención al alumno y dilucidar las posibles dificultades y demandas que enfrenta el equipo en la realización de las acciones impulsadas por el referido Núcleo. El estudio que permitió la redacción de este artículo fue una investigación cualitativa, con enfoque bibliográfico y empírico, mediante entrevistas semiestructuradas, realizada a través de la intermediación tecnológica, basada en interacciones en redes sociales y aplicaciones de comunicación específicas. En la dirección teórica, hubo un diálogo con los escritos de: Ferreira y Cardoso (2018), Santiago (2019), Silva y Cardoso (2018), Woos y conte (2020) y otros documentos referenciales.

Palabras clave: Accesibilidad. Inclusión. Universidad. Educación.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os espaços formais de aprendizagem, a escola é um local privilegiado para a promoção da inclusão, e desempenha papel fundamental na formação de cidadãos críticos. Historicamente as escolas são construções sociais, cujas essências se implicam com movimentos políticos, culturais e econômicos, sendo consideradas como espaços fundamentais para promoção de aprendizagens relacionadas também a formação dos sujeitos em diversos aspectos tais como: cognitivos, afetivos, sociais e culturais.

Neste sentido, refletir sobre inclusão nas escolas e, por extensão, nos centros acadêmicos, torna-se exercício fecundo para alargar a discussão sobre políticas públicas de educação inclusiva, na medida em que, as academias, Faculdades e Universidade experimentam dar visibilização a sujeitos diversos, singulares e com algum tipo de Necessidades Educacionais e Especiais (NEE) e deficiência.

Paulatinamente, os sujeitos que, historicamente eram segregados começam a conquistar espaços cada vez mais relevantes, nos centros acadêmicos. Por força das Políticas Públicas de Educação Inclusiva e impulsionados pelos movimentos da sociedade civil organizada, no que tange a luta pela inclusão de todos e todas, as Universidades ensaiam e dão concretude a ações e construções de dinâmicas que se voltam à acessibilidade e inclusão das pessoas com NEE.

Para tanto, é preciso que haja harmonia, e que se tenha um espaço destinado ao diálogo, sobretudo, com materiais adequados às especificidades dos alunos, contribuindo para que todas as pessoas aprendam a conviver, respeitando as limitações de cada sujeito, as diferenças culturais, e valorizando os direitos de todos. No sentido das reflexões supramencionadas, emergiu o nosso desejo de abordar, neste artigo, sobre os processos de inclusão e acessibilidade que estão sendo desenhados pelo NAI - Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, do *CAMPUS XI*, UNEB, Serrinha.

Assim sendo, para promoção de reflexões sobre o assunto foi escolhida a seguinte questão norteadora: Como o NAI efetivam acolhimento e atenção aos estudantes com NEE que estudam no *Campus XI*? Essa inquietação surgiu durante o período de estágio que realizei, como bolsista do programa Mais Futuro, do governo do estado da Bahia, no Núcleo de Acessibilidades e Inclusão-NAI situado no departamento de Educação campus XI Serrinha, o qual atua no acolhimento e atendimento pedagógico aos discentes com deficiência e/ou NEE Necessidades Educacionais e Especiais.

A justificativa pela escolha do tema se deu por considerarmos a discussão relevante porque diz respeito à vida do estudante, os quais precisam de um olhar inclusivo, no seio familiar, na sociedade, no espaço educacional e nos acolhimentos psicológicos, pois os mesmos têm demonstrado muitas necessidades de falar, de desabafar de serem entendidos em seus processos de vida pautados, muitas vezes, por violências e sofrimentos partindo da sociedade e até mesmo do contexto familiar inseridos (as).

Enfocamos como objetivo geral do estudo: conhecer e refletir sobre o processo de acolhimento e atenção aos estudantes com deficiência ou NEE. Como objetivos específicos destacaram: Identificar as ações de acolhimento efetivadas pelo NAI, verificar as estratégias de atendimento de estudantes, elucidar possíveis dificuldades e demandas enfrentadas.

Na condução teórica, dialogamos com os escritos de: Ferreira e Cardoso (2018), Santiago (2019), Silva e Cardoso (2018), Woos e Conte (2020) e outros documentos referenciais. O estudo nos possibilitou também, por meio da busca bibliográfica, perceber o quão inovador é o tema apresentado neste artigo dadas as significativas lacunas existentes quanto a produção de artigos e textos científicos que discutam sobre a existência e mesmo, o trabalho de Núcleos de Acessibilidade implantados nos espaços acadêmicos.

Para construção do presente artigo, foi efetivada uma pesquisa, a qual considerou-se como de abordagem qualitativa, de foco bibliográfico e empírico, com uso de entrevistas semiestruturadas, realizadas por intermediação tecnológica, a partir de interações nas redes sociais e aplicativos específicos de comunicação, no decorrer dos meses de outubro a dezembro de 2020, tendo como colaboradores do estudo: discentes atendidos no NAI, coordenadoras, Apoiadores que atuam no NAI.

Deste modo, no presente artigo, refletiremos sobre o processo de acolhimento e inclusão de estudantes com NEE no *Campus XI*, Serrinha, destacando a experiência do NAI-Núcleo de Acessibilidade e Inclusão através das narrativas colhidas na/ pela pesquisa, que escutou os estudantes que são acolhidos no espaço, como também dos colaboradores que fazem parte do processo de acolhimento e que buscam por políticas públicas igualitárias e inclusivas, por meio da concretização das políticas pública de educação para todos e todas.

2 DIÁLOGOS TEÓRICOS SOBRE ACOLHIMENTO E INCLUSÃO

É sabido que a educação é um direito de todos garantido por lei, conforme estabelecido no corpo da legislação vigente no Território Nacional. Sobre a Educação Básica no artigo 205 da Constituição Federal ressalta que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.3).

Fica evidente que a educação básica, por ser um direito de todos, visando ao pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania não deve restringir, àqueles que tem algum tipo de deficiência, o direito a aprendizagem. Muito embora, a inclusão escolar das pessoas com algum tipo de deficiência seja um projeto recente na nossa sociedade.

Assim, mesmo que a constituição Federal prescreva uma educação visando o desenvolvimento pleno do indivíduo, quando se trata de pessoa com deficiência é necessário que leve em consideração as necessidades e diferenças destes, para que eles possam ser incluídos na sociedade de modo geral.

É notório que, há avanços da criação de Políticas Públicas com foco na educação inclusiva, as quais vêm ganhando novas transformações acerca das necessidades pedagógicas e psicológicas dos educandos através de novas teorias e estudos, conceitos e que subsidiam a construção e ressignificação das políticas públicas educacionais.

Quando se trata da educação inclusiva, destacamos que, os primeiros movimentos pelo direito a inclusão ocorreram na Europa, porém o avanço desta área somente ganhou força a partir do fortalecimento dos direitos humanos na década de sessenta. A busca pelos direitos a educação inclusiva ganha impulsos demarcados por eventos que contribuíram para que a inclusão social, o respeito a acessibilidade fossem, de fato, um direito daqueles que necessitam de um olhar especial para educação. Cardoso e Ferreira ressaltam que:

Uma das primeiras criações do direito de educação para todos se produz em 1981, através do Programa de ação mundial para os “impedidos” aprovado em 03 de dezembro pela Assembleia Geral em que se destaca o direito das pessoas à educação. Outro avanço significativo se deu com a publicação das normas uniformes das nações unidas sobre igualdade de oportunidades para as pessoas com incapacidades (1994), cuja finalidade é garantir que as pessoas possam ter os mesmos direitos e obrigações que as demais. (CARDOSO; FERREIRA, 2018, p. 13).

Logo, destaca-se a conferência celebrada em 1994, na cidade de Salamanca na qual se discutiu a inclusão e a necessidade de igualar as oportunidades para as pessoas com deficiência, considerando a necessidade e especificidade de cada criança. Antes então, o ensino para as pessoas não era pensado pelas suas necessidades e especificidades e, a grande parte delas, não tinha oportunidades de frequentar o ambiente escolar. No mesmo período, dos

anos sessenta, ocorreram eventos nacionais e internacionais, e a busca pela inclusão avançou ainda mais, pois, as mudanças no currículo educacional começaram a acontecer focando na formação docente que pudessem contribuir para um ensino individualizado e especializado para alunos com NEE, iniciando assim um olhar especial buscando conhecer cada um, de acordo com suas necessidades e limitações.

Para que todos os direitos dos estudantes com NEE sejam cumpridos de forma igualitária faz-se necessário a efetivação na prática das leis, decretos e documentos que reforçam esses direitos. Atentar-se para o ensino pensando na singularidade e ritmo de aprendizagem de cada educando, pois assim como as crianças do ensino regular, os educandos com necessidades educativas especiais também aprendem em tempo e ritmos diferentes. E sobre isso Santiago destaca que:

[...]Entretanto, para que essa ação educativa se torne real, é necessário que todas as pessoas inseridas nesse tipo de educação tenham consciência de que as crianças com necessidades educacionais especiais têm grandes possibilidades de atingir os mesmos objetivos que são propostos para os educandos do ensino regular. Pois, valorizar as peculiaridades de cada educando, dar atendimento na escola, aceitar a diversidade sem nenhum tipo de distinção é um desafio para todos envolvidos no processo, porém não é impossível. (SANTIAGO, 2019, p. 03).

O ambiente escolar se destaca como importantíssimo nesse contexto inclusivo, pois é visto como mobilizador da formação do cidadão. É a escola que deve estar disposta a oferecer os primeiros passos de acessibilidade para todos, destaca Santiago:

A Inclusão Educacional propõe uma reestruturação no sistema escolar, para que todo processo de exclusão possa ser revertido, pressupondo também uma mudança na estrutura do ensino regular, que possibilite que a escola se torne inclusiva, sendo um espaço mais democrático e que em suas particularidades e especificidades possa valorizar e respeitar as diferenças de todos os seus educandos. (SANTIAGO, 2019, p. 03).

Portanto, a escola por ser um espaço formador e preparatório para o exercício da cidadania, deve estar estruturada para receber alunos com deficiência ou necessidade educacional especializada, garantindo de fato, não só a

acessibilidade, mas efetivamente a inclusão nas tarefas pedagógicas atendendo as particularidades e especificidades de cada indivíduo.

A legislação assevera a necessidade da expansão dos direitos das pessoas com deficiência à educação. Na atual política de educação especial, de 2017, juntamente com os Referenciais Pedagógicos da Educação Inclusiva está declarada a transversalidade da educação especial inclusiva. Isto permite que os sistemas de ensino, assegurem ao longo do percurso escolar formativo do sujeito acesso a todos os graus e níveis de ensino. Ou seja, o direito de acesso à educação é extensivo desde a educação básica ao ensino superior.

Com isso o NAI foi apresentado como proposta positiva visando assegurar o pleno acesso das pessoas com deficiência no âmbito da educação, bem como sua permanência em todas as atividades escolares e acadêmicas. Para assegurar a acessibilidade, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, garante a educação como direito a todos. Neste escopo, podemos ponderar que o Brasil possui um corpo vasto de leis, decretos voltados para assegurar o direito de todos e todas à educação, sendo postas as questões de acesso, permanência e aprendizagem inclusiva para todos os cidadãos e cidadãs. Sobre políticas educacionais inclusivas o quadro abaixo aponta documentos e finalidades direcionados para educação especial inclusiva visando aos direitos de acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

Fig. 01: Políticas Educacionais Inclusivas no Brasil.

DOCUMENTOS	FINALIDADE
Decreto número 3.596/2001	Trata da retificação e a convenção inteiramente para eliminação de todas as formas de discriminação, fortalecendo os movimentos contínuos contra os preconceitos.
Lei 10436/2002	Trata do reconhecimento da língua brasileira de sinais libras assegurando aos estudantes surdos o direito de intérpretes em eventos públicos ou privados.
Decreto número 5.296/2004	Trata da regulamentação das leis 10.000 e 48/2000 e 10098/2000 que estabelece as Normas gerais e critérios para atendimento prioritário.
O decreto 5626/2005, este regulamenta a lei 10436/2002	Que torna a língua brasileira de sinais obrigatória em todos os cursos de formação.
Decreto 649/2009 a ratificação da ementa constitucional	Convenção das pessoas com deficiência vem assegurando o direito de acesso ao sistema de educação inclusiva em todos os níveis.
Decreto nº 7611	Trata do atendimento de educação especializado e prevê no artigo 50 a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, o parágrafo 5 destaca que os núcleos de acessibilidade visam eliminar Barreiras físicas de comunicação e de informação.

Portaria nº 3284/2003	Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade as pessoas com deficiência.
A política nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva - 2008.	Definição da educação especial como modalidade transversal a todos os níveis tendo como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e atendimento especializado.

Fonte: Produção dos autores, 2020.

Deste modo, o NAI- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, do Campus XI, UNEB, Serrinha, se apresenta legalmente amparado, reforçando a necessidade de criação de ações preventivas e interventivas de Atendimento Educacional Especializado, no âmbito da educação superior. Nota-se que está estruturado e amplamente preparado para promover atendimento as pessoas com deficiência e necessidades educativas dentro do campus. Este setor visa garantir a interação com todos os outros setores do departamento promovendo construções de novas ações, para evolução da educação inclusiva.

Foi possível constatar avanços que hoje se consagram como garantia de alguns direitos, com a criação de espaços que auxiliam os estudantes nos seus processos de aprendizagem, a exemplo da criação de núcleos de acessibilidade que é uma experiência que aprimora a formação, bem como a forma de atendimento e acessibilidade para os estudantes do *Campus XI*.

3 NAI - NÚCLEO DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: APRESENTANDO O ESPAÇO DE ACOLHIMENTO

Na busca de fomentar o processo de inclusão dentro dos espaços educacionais, tendo como foco o acesso, permanência, e construção de aprendizagens de estudantes com NEE e/ ou com deficiência ao próprio *Campus XI*, o grupo de pesquisadores ligados ao Grupo de Estudos e Tecnologias, Educação e Libras promoveu vários debates, ações voltadas para discussão das práticas de inclusão nas Universidades. A partir de então, emergiu a necessidade da criação o Núcleo de Acessibilidade do *CAMPUS XI*. Essa ideia partiu das demandas educacionais de alguns estudantes com deficiência, matriculados, dentro do próprio campus XI, objetivando apoio e acolhimento pedagógico e psicológico aos discentes. Após o projeto ser aprovado e aceito pelo Conselho Departamental, foram mobilizadas escolas e

comunidades, buscando sensibilizar a população sobre educação inclusiva com intuito de formar pessoas com olhares voltados para inclusão. Silva e Cardoso nos afirmam que:

Nestes termos, torna-se essencial resgatar o movimento histórico da luta pela edificação de um espaço institucionalizado, dentro do CAMPUS XI, para tratar das questões de acessibilidade e inclusão de pessoas com NEE, tanto no escopo da educação básica quanto no âmbito do próprio Departamento de Educação. (SILVA; CARDOSO, 2018, p. 1).

É notório o destaque da importância da implantação do núcleo dentro da própria universidade, pois, além de ser um espaço formador de opiniões a comunidade acadêmica abraçará e conhecerá ainda mais a importância de que é direito de todo cidadão com alguma deficiência ou NEE ao espaço igualitário na sociedade.

O núcleo foi idealizado pelas servidoras Cardoso e Silva, em 2000, engajadas nos projetos de extensão relativos à inclusão com propósito de constituir um espaço destinado para acolhida, inclusão e garantia de apoio pedagógico aos graduandos. O NAI tem como objetivo acolher docentes e discentes egressos do campus XI Serrinha que buscam ampliar seus conhecimentos no ambiente de ensino superior. Silva e Cardoso afirmam:

Objetivo maior do NAI além de unir teoria-prática, é também oferecer um espaço maior para que a teoria esteja acompanhada da prática em tempo real. Este Núcleo oferecerá o suporte aos sujeitos (docentes e discentes) em busca de auxílio, mediante a formação inicial e continuada por meio de cursos de extensão, espaço de estágio, bem como na oferta de cursos, oficinas práticas e orientação a projetos de pesquisa discentes, com o acompanhamento de profissionais que ficarão à disposição do referido Núcleo. (SILVA; CARDOSO, 2018, p. 4).

O NAI visa à inclusão daqueles que sentem dificuldades na realização dos trabalhos pedagógicos bem como, o acolhimento daqueles que procuram o espaço com transtornos psicológicos, que podem ser adquiridos nas demandas do cotidiano da universidade ou até mesmo, no ambiente familiar.

Com o avanço da inclusão, e das políticas públicas o NAI, em parceria com o Núcleo de Pesquisa e Extensão agrega cursos de extensão para professores formadores do próprio campus XI, com intuito de acrescentar ainda mais conhecimentos para atuação nos espaços escolares e acadêmicos, bem como o

público docente e profissionais de diversas áreas, trabalhando inter e multidisciplinarmente. Essa ideia visa também a importância das capacitações dos novos professores que sairão do próprio *Campus*, para que, em sala de aula construam conhecimentos sobre inclusão.

Segundo Woos (2020), é de fundamental importância que a formação e organização dos professores contribuam para o crescimento, pensamentos diferenciados nas quais apresentem resoluções no que se refere as questões teóricas e sistemáticas para a integração e inclusão de pessoas com necessidades individuais.

É importante ressaltar que, o objetivo principal da Educação Especial é garantir às pessoas com necessidades especiais e deficientes, os direitos que lhes são assegurados na Constituição Federal. Sua finalidade é oferecer um atendimento especializado a essas pessoas, respeitando suas necessidades e diferenças, para que seja possível não só o reconhecimento de suas potencialidades, mas também a inclusão na sociedade.

Segundo a lei da Constituição Federal de 1988, o art. 205 que prevê o direito de todos a educação, prevê o atendimento educacional especializado, exigindo mudanças para as escolas comuns especiais; independente da sua classe social, gênero, religião ou deficiência. (WOOS; CONTE, 2020, p. 51).

Percebemos que o art. 205, da Constituição Federal de 1988, deixa claro o direito de todos usufruírem da educação, presume atendimento educacional capacitado, exigindo alterações para as escolas comuns especiais independentemente do grupo social, religiosidade, gênero ou deficiência.

A escola deve se renovar, esquecer a tradicionalidade, onde só se pensa nas crianças ditas “normais” e se adaptar para que este ambiente seja adequado para receber crianças com necessidades especiais e seja acolhedor para que se sintam valorizadas e haja uma troca de experiências entre elas, enriquecendo o processo educacional. (WOOS; CONTE, 2020, p. 51).

É importante que o espaço educacional se renove, rompendo o contexto tradicional de pensar apenas em pessoas ditas “normais”, e se adequar para o novo meio acolhendo as especificidades peculiares, sendo um ambiente agradável, para que todos e todas se percebam reconhecidas, havendo uma troca de vivências aumentando o desempenho educativo e construindo a cultura do

respeito à diversidade, tão cara aos ideais de sociedade e mundo democrático e inclusivo.

4 O TRABALHO NO NAI: RECORTES DA REALIDADE EM CONSTRUÇÃO

O NAI tem por objetivo propor inclusão aos estudantes com NEE do Campus XI bem como, propor formação para estudantes e profissionais da educação de maneira ainda mais minuciosa. De acordo com uma das colaboradoras:

O NAI visa congrega estudos multidisciplinares – com foco na educação inclusiva – pesquisas e projetos de extensão, com docentes e discentes da unidade, além de discentes do Ensino Médio e profissionais de diversas áreas que se interessam pela inclusão. Bem como dar suporte aos alunos com NEE ou deficiência, para que os mesmos não só sejam inseridos no ambiente universitário mas tenham condições básicas para sua permanência na mesma. Também para docentes que estejam encontrando alguma dificuldade no processo de ensino/aprendizagem com esses alunos - Indicar e orientar o uso de equipamentos e materiais específicos e de outros recursos existentes relacionados à audiodescrição; - Realizar a audiodescrição gravada, ao vivo ou simultânea, - Produzir recursos e materiais pedagógicos adequados destinados às necessidades das pessoas com deficiência visual; - Participar da formação de professores quando se tratar de normas de aplicação da Audiodescrição; Esclarecer dúvidas de audiodescrição com professores na área da deficiência visual; - Descrever materiais digitalizados e torná-lo acessível em outro formato (áudio, impressão Braille, fonte ampliada, em LIBRAS, em comunicação aumentativa e alternativa). (M. FLOR, 2020).

Os objetivos propostos traçados na criação do projeto foram: a realização de palestras nas comunidades e com grupos familiares, ofertar cursos de aperfeiçoamento docente e pessoal técnico, bem como formação inicial e continuados docentes do ensino público, formação de grupos de estudos, criação de apoio pedagógico aos docentes, técnicos do departamento e comunidade, divulgação de trabalhos e pesquisas sobre educação inclusiva e ações de extensão e de apoio a inclusão de pessoas com necessidade educativa especial, acompanhar as práticas de educação inclusiva no território do sisal por meio do projeto observatório de práticas inclusivas, fomentar pesquisas na área de tecnologia aplicada à educação especial contribuindo para ampla divulgação das mesmas,

constituir parcerias com o poder público instituições privadas. Segundo colaborador do estudo:

O NAI tem em sua estrutura um espaço físico e recursos humanos com competência para lidar com algumas deficiências. Não com todas, porque precisamos de mais pessoas que entendam sobre educação inclusiva. O NAI tem recursos pedagógicos e tem apoiadores que dão suporte aos estudantes com deficiência. (M. CINDERELA, 2020).

Assim caracteriza-se então que o NAI apresenta claramente objetivos que postos em prática demonstrará o diferencial para educação especial no território do sisal. Além dos cursos de formação e oportunidades de estágios, pesquisa de extensão e atendimento no Campus, o NAI atualmente realiza o atendimento a um grupo heterogêneo, tendo cinco estudantes com deficiência sensorial, motora e um grupo de dezessete outros estudantes em acompanhamento psicológico, psiquiátrico por meio da do EMAE - PRAES - Equipe Multidisciplinar de atenção ao estudante e serviço de saúde Local, Secretaria de Saúde do Município de Serrinha, que buscam apoio pedagógico de acordo com as dificuldades em sala de aula, como também atenção psicológica.

No período de novembro de 2019 até março de 2020 foram realizados atendimentos diretamente com os estudantes com deficiência visual, Pc e deficiência auditiva utilizando estratégias como: áudio, descrição de textos, textos acessíveis, produção de material acessível, slides com ampliação da fonte bem como demais materiais, transcrição de texto para suporte auditivo, instalação de programas como o leitor (DOSVOX) para que eles conseguiram executar suas atividades pedagógicas de forma simplificada. Oficinas pedagógicas, orientações aos professores e minicursos para os estudantes e comunidades externas também foram promovidas nesse período.

O NAI atua com apoio aos estudantes que apresentam alguma necessidade educativa especial ou deficiência tornando-se um diferencial na vida desses. Assim, busca promover a autonomia dos estudantes oferecendo material e suporte para que tenham autonomia para realizar suas atividades dentro e fora do *Campus*. A educação especial inclusiva promove aos estudantes aprendizagens e desenvolvimento potencializando suas habilidades sem pensar nas limitações, mas sim no que é possível fazer atentando aos direitos reservados por lei.

5 METODOLOGIA DO ESTUDO - NARRATIVAS DO NOSSO PROCESSO DE IMERSÃO NA REALIDADE

Quanto aos aspectos da metodologia, foi utilizado o estudo qualitativo com efeito na pesquisa bibliográfica e de campo, a partir de narrativas orais, bem como entrevistas semiestruturadas por intermediação tecnológica pelo *Whatsapp*, chamadas de vídeo, reuniões com coordenadores e colaboradores do núcleo. As colaborações para enriquecimento da temática partiram dos discentes atendidos, colaboradores e coordenadoras. Como técnica de coleta de informações optamos pela entrevista, que foi realizada por meio de suportes tecnológicos, tendo como colaboradores os sujeitos os quais descrevemos no quadro a seguir:

Fig.02: Quadro dos colaboradores.

Identificação/pseudônimo	Função no NAI	Formação
W. Timão	Estudante	Ensino superior
N. Moana,	Membro do NAI Suporte atividades administrativas	Especialista em Ed. Especial
R. Dora	Estudante	Ensino superior
Mulher Maravilha,	Coordenadora do NAI	Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Educação Especial
M.flor	Apoiadora	Pedagoga Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Cinderela	Vice-coordenação	Pedagoga, especialista em educação especial (UEFS) especialista em AEE, Mestre e Doutora em educação

Fonte: Produção dos autores 2020.

Lembramos que os pseudônimos foram escolhidos livremente pelos colaboradores, a partir de provocação feita pelos pesquisadores na ocasião do início dos protocolos de assinaturas de termos de consentimentos livre e esclarecidos, tal qual norteiam os protocolos de pesquisa.

Os colaboradores se mostraram participantes, todo o tempo em que efetivamos o estudo, sempre atenderam nossas solicitações. Por razões éticas, neste estudo, não revelamos os nomes reais, usando para tal fim pseudônimos para designar cada um

dos participantes do estudo. Feito todo movimento de estudo, ao final das sessões de entrevistas, pudemos coletar um volume significativo de falas, informes os quais se direcionaram as questões levantadas pelo estudo. De tal modo, nos permitiu a leitura profunda, analítica e densa das informações as quais nos permitiram a categorização das questões, as quais traremos na seção vindoura. A partir da imersão empírica, com a leitura densa e analítica do material colhido diretamente dos colaboradores, pudemos estruturar a análise em blocos, que se apresentam a seguir:

5.1 Importância do NAI

Tendo como ponto de partida, o principal objetivo do NAI que é oferecer suporte a todos os sujeitos envolvidos, foi feita a seguinte pergunta de início aos colaboradores e estudantes: ***Para você qual a importância do NAI?***

Logo obtivemos as seguintes respostas:

O NAI tem uma importância imensa pelo fato de que é mais uma ferramenta, mais um mecanismo de inclusão social, nem só para as pessoas que têm deficiência visual, mas para todas as deficiências. (W. TIMÃO, 2020).

Já o colaborador N. Moana se referiu a importância do NAI:

Um núcleo de acessibilidade adquire importância à medida que compreende e é capaz de atender de forma satisfatória ou procurar alternativas que atendam às necessidades educativas especiais das pessoas com deficiência. (N. MOANA, 2020).

Percebe-se nas duas narrativas que os impactos das ações desenvolvidas do NAI se direcionam preferencialmente as pessoas com alguma deficiência, entretanto, o colaborador R. Dora, assim ampliou a discussão sobre a importância do NAI:

O NAI tem uma importância muito significativa porque ele auxilia nas atividades, e principalmente o estudante que possui alguma deficiência, ou que tem algum grau de dificuldade, então ele ajuda, dá um apoio a aquele estudante que chegou ali que tem muita dificuldade na questão de fazer atividade, ele tá sempre ali fazendo acompanhamento dando apoio, motivação, motivando aquele aluno a continuar, então para mim essa é a importância que o NAI tem, de dá um apoio. (R. Dora, 2020).

Nesse sentido, enfocando que o NAI além de acolher estudantes com deficiência, busca também acolher aqueles que têm dificuldades a que se denomina de pessoas com NEE. Nesta visão, temos as falas dos colaboradores, expressas a seguir:

Sou até suspeita para responder essa questão! A construção do NAI, para mim é uma ação essencial para assegurar aos estudantes com NEE e ou com alguma deficiência, o acesso, a permanência e aprendizagem, no contexto acadêmico. Fortalecer, implementar os NAIS, nos Campi da UNEB, se converte em ação crucial para assegurar a equidade aos estudantes, que temporária e ou longamente necessitam de apoios, intermediações, recursos, metodologias que garanta a aprendizagem. (MULHER MARAVILHA, 2020).

Sobre isso, o colaborador (a) chama atenção para a questão legal da implantação do NAI, posto que, embora se desconheça a lei, esta determina evidentemente que a oferta de AEE, deve ser efetivada, ao longo de todas as etapas da educação.

A importância do NAI se dá na perspectiva de que para que os direitos apresentados em Lei sejam assegurados, torna-se fundamental se pensar em estratégias que venham a contribuir com a efetivação da inclusão. Sendo assim, o NAI se caracteriza como mais um meio para se pensar mecanismos específicos que venham a garantir a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais ou deficiência no âmbito acadêmico (M. FLOR, 2020).

O NAI é importante, pois pode fortalecer a interligação entre estudantes, professores e funcionários contribuindo para a inclusão e permanência do estudante no ambiente da universidade e construir recursos pedagógicos para o seu aprendizado (CINDERELA, 2020).

É notório, nas respostas dos colaboradores, quanto à primeira indagação que, quando se fala em inclusão de pessoas com necessidades especiais o NAI, está sendo um ambiente receptivo e inclusivo ao público que necessariamente precisa de uma atenção especial. Incluir é manter o sujeito no espaço promovendo participação interativa e ativa sobre as atividades que estão sendo propostas. Silva e Cardoso afirmam que:

A criação e institucionalização do Núcleo de Acessibilidade e Apoio à Educação Inclusiva do Departamento de Educação do Campus XI – Serrinha, justifica-se a partir da busca de articular experiências de ensino, pesquisa e extensão no que tange a edificação da educação plural, democrática que acolhe e inclui todos e todas as pessoas num espaço acessível a todos, garantindo o direito de aprendizagem a todos os cidadãos que recorrem aos espaços institucionalizados para construção da educação (SILVA; CARDOSO, 2018, p. 01).

Nota-se que o núcleo está conseguindo, de forma positiva, passar segurança e autonomia para os estudantes com NEE, promovendo também ao professor (a) a segurança que o discente está seguro e confiante para expor seus pensamentos e realizações das atividades com maior autonomia. Logo, para que essa inclusão e autonomia aconteçam ainda mais, é preciso também que pessoas contribuam com acolhimento, solidariedade e principalmente respeito.

5.2 Ações desenvolvidas pelo NAI: algumas potencialidades

A partir da pesquisa feita, pudemos perceber que o NAI desenvolve ações que se entrelaçam a dois campos: Ações preventivas e ações interventivas. Ou seja, no escopo preventivo, são realizadas oficinas de inclusão, acessibilidade envolvendo os servidores do CAMPUS XI, discentes, docentes, funcionários, equipe de gestão no que tange a edificação de posturas, práticas de acolhimento e inclusão.

No aspecto interventivo, são efetivadas algumas estratégias tais como: escuta sensível aos discentes, triagem, registros, intermediação junto ao EMAE/PRAES e Secretaria de Saúde do Município, em busca de ajuda profissional com encaminhamentos de discentes e funcionários em processos de adoecimento psicossocial para atendimento especializado, atividades de apoio as estudantes com deficiência, através do AEE feito pelos apoiadores estagiários.

O NAI ele é uma ferramenta importante, como eu disse no primeiro áudio porque através dos apoiadores, através das pessoas que estão envolvidas no processo é, a gente consegue ter ferramentas mais acessíveis pra todos, é importante falar que dentro desse processo a gente já conseguiu várias coisas, uma impressora em braile, maquina em braile e todo material possível pra que a gente possa ter toda autonomia pra estudar, além dos apoiadores que nos dão um suporte excelente, pra que a gente possa ter uma base boa dentro da UNEB(W. TIMÃO, 2020).

Em relação às ações prioritárias efetivadas no NAI, o colaborador assim pondera:

Acredito que uma das principais ações do NAI é a escuta sensível às demandas apresentadas pela comunidade acadêmica. Como setor, no NAI podem ser feitas impressões em Braille, utilizar a máquina de escrever em Braille e demais materiais didáticos para uso da pessoa com cegueira ou baixa visão. Como núcleo, é um espaço de estudos sobre inclusão e acessibilidade, onde são pensados, planejados e executados projetos de pesquisa e extensão na área, além do oferecimento de cursos de Braille, Soroban, Orientação e Mobilidade, Audio descrição, Libras, entre outros. Além disso, oferece suporte didático aos discentes, através do diálogo com os docentes e mediação tecnológica. (N. MOANA, 2020).

Quanto aos trabalhos de apoio direto aos estudantes que têm deficiências, um dos colaboradores assim refletiu:

Ele auxilia nas atividades, faz um acompanhamento para as atividades que o aluno tem uma dificuldade ele ajuda justamente com os mediadores, temos mediadores lá que vai lhe ajudar a auxiliar, lhe ajudar no decorrer das atividades. (R. DORA, 2020).

Desta forma, verificamos que O Núcleo atua com maior abrangência, oferecendo, não apenas as ações de apoio e fomento a acessibilidade, mas congregando pesquisas e extensão, mas como espaço próprio de formação inicial e continuada para professores e atores sociais que desejam atuar no espaço da inclusão, na condição de estágio, trabalho voluntário e monitores de extensão congregando também as ações do Projeto Observatório de práticas inclusivas no Território do Sisal. Para a colaboradora Mulher Maravilha, 2020 são os focos de ações do NAI:

Quando atua junto ao coletivo de sujeitos para prevenir distúrbios nos processos de aprendizagem, valendo ressaltar o processo de acolhida, escuta sensível dos estudantes e encaminhamentos, por exemplo, para atendimentos com Psicólogos, como ocorre, com o apoio da EMAE- Equipe Multidisciplinar de Atenção ao Estudante, PRAES. Além do trabalho de formação, através de oficinas que a equipe do NAI tem feito, junto ao coletivo de funcionários, docentes e discentes ao longo do ano de 2019, visando a disseminar conhecimentos e práticas de inclusão. O objetivo maior do NAI além de unir teoria-prática, é também oferecer um espaço maior para que a teoria esteja acompanhada da prática em tempo real. Este Núcleo oferece o suporte aos sujeitos (docentes e discentes) em busca de auxílio, mediante a formação inicial e continuada por meio de

curso de extensão, espaço de estágio, bem como na oferta de cursos, oficinas práticas e orientação a projetos de pesquisa discentes, com o acompanhamento de profissionais que ficarão à disposição do referido Núcleo.(Colaboradora Mulher Maravilha, 2020)

Neste sentido, pudemos perceber quão importantes são as ações preventivas, posto que, tornam-se essenciais para evitar o agravamento das situações e condições mentais dos estudantes, atuando na prevenção ao adoecimento e agravamento de quadros de ansiedade, depressão e mesmo de suicídios entre discentes. Também sobre a atuação, a colaboradora ainda nos alerta para as ações de escopo interventivo, ou seja, aquelas que são emergenciais, exigindo ação e colaboratividades de todos da equipe:

O Núcleo atua com maior abrangência, oferecendo, não apenas as ações de apoio e fomento a acessibilidade, mas também congregando pesquisas e extensão, mas como espaço próprio de formação inicial e continuada para professores e atores sociais que desejam atuar no espaço da inclusão, na condição de estágio, trabalho voluntário e monitores de extensão congregando também as ações do Projeto Observatório de práticas inclusivas no Território do Sisal. Além das atividades descritas anteriormente, participamos diretamente de: Reuniões de Planejamento Formação continuada da Equipe do NAI Reunião com professores dos estudantes atendidos para orientações quanto a metodologias e trabalhos, Orientações a professores quanto aos processos de acessibilidade dos estudantes cegos Oficinas pedagógicas desenvolvidas nas salas de aula dos alunos com deficiência - Principalmente nas turmas onde estão incluídos os estudantes atendidos. Realizamos com a coordenação do NAI um minicurso para o público interno e comunidade externa durante o Seminário do NUPE-2019 para discussão e coleta de dados para criação de Cartilha com ideias sobre a Inclusão no CAMPUS XI. A Cartilha e o flyer contendo informações sobre o NAI estão em confecção (MULHER MARAVILHA, 2020).

Assim, quanto as principais ações do NAI, podemos perceber o quanto o núcleo se preocupa com estratégias e formações para o desempenho pedagógico e psicológico dos discentes. Sabemos que a universidade vive em constantes modificações e a busca em incluir os discentes com necessidades especiais por meio reconhecimento físico, cognitivo e afetivo faz favorecer o diferencial humano de cada sujeito. Para isso, Cardoso e Ferreira reforçam que:

Em outras palavras, a Educação Especial passa a integrar a educação inclusiva, sendo que para isso, torna-se necessária a elaboração de recursos, materiais, propostas, objetos e uma didática própria, edificada especificamente para complementar e ou suplementar as necessidades específicas de cada sujeito, que temporária e ou mais longamente apresentem necessidades educacionais especiais, independente de terem alguma deficiência. (CARDOSO; FERREIRA, 2018, p. 17).

É relevante compreender que os seres humanos apresentam capacidades peculiares que precisam ser desempenhadas por meio de procedimentos didáticos materiais e projetos.

Quando questionados sobre as ações de intervenção que o NAI tem feito no processo de inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais as respostas apresentadas mostram que o núcleo busca atender de forma abrangente a todos os estudantes com necessidades educacionais ou deficiência da melhor forma possível, com recursos e ferramentas para melhor atender cada um. Segundo os colaboradores:

Atendimento direto aos estudantes com algum tipo de deficiência, nos processos de estudos, sobretudo na intermediação tecnológica, uma vez que, sobretudo os cegos carecem de mediação direta, nos processos pedagógicos, sendo que desenvolvemos algumas estratégias: a) Audiodescrição b) Suporte na busca de textos acessíveis c) Produção de material acessível d) Acessibilização de slides e materiais trabalhados nas aulas (ampliação de fontes, adaptação de fundo de tela, adaptações de escritos para áudio entre outros) e) Suporte tecnológico-Digitação e normalização de textos produzidos por estudantes cegos f) Suporte pedagógico para aluna com deficiência auditiva g) Transcrição de textos escritos para suporte auditivo h) Intermediação tecnológica para que os estudantes possam usar dispositivos digitais tais como: computadores, celulares etc. i) Instalação de programa leitor para uso dos cegos (DosVox) (MULHER MARAVILHA, 2020).

A colaboradora Cinderela ressalta também a articulação aberta entre o NAI e as pró-reitorias, as quais têm efetivamente colaborado de modo decisivo para iniciação das ações do NAI e o atendimento aos estudantes:

Tem estabelecido comunicação com outras pró-reitorias da UNEB com o objetivo de alinhar as mesmas sobre as necessidades específicas das estudantes, dá suporte ao professor, estudantes e funcionários como agir com um estudante com deficiência e a tecnologia assistiva que podem ser utilizados com os mesmos e

orientam professor quanto a como seu material didático pode ser acessível ao estudante (M. Cinderela, 2020).

Cardoso e Ferreira (2018, p.4) reforçam que “Núcleo tentará articular a teoria-prática apoiando o trabalho do discente e docente oferecendo ações que melhor atendam ao fortalecimento da ação docente possibilitando ao aluno um ensino inclusivo e uma sociedade mais solidária e menos preconceituosa”.

Nota-se que essa atenção se inicia primeiramente através de uma escuta atenciosa dos estudantes para entender melhor quais a suas necessidades, e assim incentivar, motivar, traçar mecanismos para que eles não queiram desistir e sim enfrentar os desafios e obstáculos da trajetória acadêmica. Nesta Direção, a colaboradora M. Flor, assim refletiu:

O NAI busca primeiramente enxergar e tratar a pessoa com NEE ou deficiência como sujeito dotado de capacidades para aprender. Nessa perspectiva foca nas suas potencialidades e pensa em estratégias para minimizar ou sanar as dificuldades externas que se tornam obstáculos para o processo de aprendizagem do aluno. Uma vez que, assim como consta em Lei, o ambiente deve adaptar-se para atender as necessidades dos sujeitos. Sendo assim, busca conhecer o aluno na sua totalidade, fazer uma escuta ativa, e pensar de forma conjunta quais os mecanismos que serão utilizados para que os seus direitos enquanto cidadão e dentro daquele espaço possam ser garantidos (M. FLOR, 2020).

Para os colaboradores, o atendimento para os estudantes cegos ou com baixavisão, são realizadas estratégias, mecanismos e recursos para que possam ter acesso a todos os materiais necessários, como: textos em audiodescrição, textos com letras ampliadas, programas de computador específicos para leitura. Assim fica em destaque na resposta do colaborador quatro que todo suporte para os estudantes cegos e com baixa visão através do NAI, é importante para dar seguimento as atividades acadêmicas com todos os recursos que ele necessita para acompanhar a rotina de atividades acadêmicas.

5.3 Demandas enfrentadas

Questionados sobre as demandas e dificuldades que o NAI enfrenta ficou claro nas respostas que a estrutura arquitetônica do prédio onde o núcleo está funcionando prejudica o trabalho por não se apresentar de maneira acessível.

Dentre as principais dificuldades, para além da dificuldade de acessibilidade física, foi citada também o incipiente apoio do governo do Estado como instância governamental que rege a universidade. Assim refletiram os colaboradores:

Acho que a primeira dificuldade, a principal, é a falta de investimento do governo do Estado, porque, as vezes temos o projeto e não conseguimos executar com qualidade, pela falta de investimento, pela falta de interesse do estado em promover essa acessibilidade e ai, é uma luta muito grande, para que possamos ter todos esses mecanismos. Já avançou muito? Já, mas ainda tem muita margem pramelhorar". (W. TIMÃO, 2020).

Nesta mesma direção, encontramos a posição expressa pela colaboradora Dora, ressaltando aqui as dificuldades de acessibilidade física, devido aos vários obstáculos que a estrutura arquitetônica do prédio do CAMPUS XI tem, porem chama atenção para a necessária estruturação da equipe pedagógica para oferta do AEE de modo institucionalizada, ressaltando a necessidade de contratação definitiva dos mediadores, que são essenciais para o processo, inclusão, acessibilidade e aprendizagem dos discentes que têm alguma deficiência.

Acredito que uma das principais dificuldades esteja na falta de acessibilidade do prédio e na falta de sensibilidade de algumas pessoas, além de profissionais que estejam totalmente a disposição do setor, já que a maioria pertence a outros setores que as vezes impossibilitam o suporte. Além disso, a UNEB ainda precisa investir na qualificação de seus profissionais, bem como na contratação ou realização de concurso de diversos profissionais que atuam na área da inclusão, principalmente dos mediadores, que atuarão com os discentes com deficiência. (R. DORA, 2020).

Ao entender as dificuldades, e que elas não dependem somente do núcleo como também dos recursos que são direcionados para o espaço através do governo do Estado, por esse motivo, foram citadas a falta de suporte tecnológico, suporte de material de profissional especializado, pois são pessoas disponibilizadas para o setor, mas que atuam em outros setores colaborando, uma característica de um setor novo, que depende da ampliação de pessoas.

Ainda, no sentido de pensar sobre as demandas a enfrentar, quanto ao trabalho do NAI, os colaboradores assim refletem:

Eu acredito que a demanda que ele encontra e as dificuldades é a falta de mediadores preparados para tá ali acompanhando esses estudantes, só seu um ou dois mediadores para dá conta de uma demanda que as vezes tem quatro cinco pessoas seis até mesmo, e ali só tem dois mediadores pra dá conta. Então eu acho que a dificuldade que tem é a falta de mediadores que a UNEB não tem”. A UNEB tem que contratar a fixos, porque dá segurança para todos que precisam. (N. MOANA, 2020).

Sendo o NAI um projeto recente se depara com diversas demandas e dificuldades, podemos citar a escassez de profissionais da área capacitados que queiram trabalhar nesse projeto. Podemos citar também a dificuldade de articulação com os diversos professores e demais profissionais. A falta de acessibilidade arquitetônica que não depende somente do NAI. O quantitativo de demanda de alunos em relação ao quantitativo de oferta dos profissionais. Demanda de alguns materiais adaptados e capacitação para a utilização , dentre outros. (M. FLOR, 2020).

Essas são demandas que apresentadas, demonstram avanços, bem como dificuldades e necessidades que ainda precisam ser sanadas. Como foi notório nas falas a falta de recursos e principalmente, de pessoas para atuar e atender as demandas do núcleo através dos acompanhamentos nas atividades ou em sala de aula.

Desta forma, os colaboradores entendem que o NAI é um setor recém-implantado dentro do *Campus* e juntamente com os professores e idealizadores do projeto busca-se, a todo tempo, a melhoria da acessibilidade e inclusão. É importante destacar a fala contundente de um colaborador, no sentido de que as ações do NAI sejam mais divulgadas e levadas ao conhecimento do público interno e externo do CAMPUS XI, pois, assim pode-se despertar uma maior sensibilidade das pessoas com relação aos atendimentos com os estudantes, bem como a compreensão que, como a aprendizagem este é um processo contínuo e todos no ambiente acadêmico irão adquirir conhecimento, pois é um setor que está no seu início, ou seja quase nenhum discente sabe da existência e que tem um grande potencial para atender as demandas de todos os estudantes de maneira satisfatória.

Para o atendimento educacional especializado e as demais atividades a serem desenvolvidas pelo NAI, pode-se constatar a carência de alguns materiais essenciais para um maior desempenho nos atendimentos dos estudantes, como: um espaço amplo, uma sala na qual os alunos cegos, ou com baixa visão e cadeirantes possam transitar no espaço sem que haja choques com as matérias de

apoio da sala, e até mesmo entre eles. Pinturas nas paredes brancas ou tom pastel para que o espaço fique bem mais claro, mobiliário como mesa para profissional, cadeiras, mesacircular para AEE grupal, armários e arquivos. Carece também de um profissional na área da Psicologia, buscando contribuir com atendimentos psicológicos para a comunidade discente que procuram o núcleo com transtornos psicológicos.

Logo, em meio a muitas faltas e demandas ainda enfrentadas pela equipe do NAI em busca de inclusão e acessibilidade para os discentes com deficiência e/ou NEE dentro do Campus, podemos notar que muitas foram as conquistas alcançadas até aqui. Os estudantes estão sendo vistos com olhares acolhedores quanto as suas necessidades especiais e psicológicas, bem como estão desenvolvendo autonomia e aprendizagens significativas dentro e fora da universidade. Informações, formações dentro e fora da comunidade acadêmica objetivaram o desenvolvimento de atitudes humanas e do pensar com mais respeito na pessoa portadora de alguma necessidade especial. Essas construções alcançadas também favorecem para formação de cidadãos preparados para contribuir, com a sociedade, não somente do ponto de vista profissional, mas refletir também valores de inclusão e respeito à diversidade na busca de quebrar preconceitos mesmo sabendo que há muito para ser feito quanto a essa questão de preconceito.

6 CONCLUINDO

Por todos esses aspectos apresentados sobre acessibilidade e inclusão diretamente ligados ao NAI, fica explícito que, quando se trata das intervenções inclusivas, elas são efetivas e de forma individualizada, buscam dialogar com o público docente e comunitário, sobretudo, ressaltando o quanto importante é a atenção às individualidades de cada pessoa com deficiência ou NEE.

Destaca-se também o quanto é importante o docente potencializar as aprendizagens dos discentes e atuar focando nas habilidades, traçando estratégias para que os obstáculos possam ser superados.

É importante falar que não se pode parar as buscas por recursos junto às pró-reitorias e políticas públicas, pois o núcleo, foca na melhoria da inclusão, acessibilidade, e das aprendizagens dos estudantes, bem como aprimorar ainda

mais a formação dos profissionais, pois ainda falta um maior suporte para os professores que estão atuando com os estudantes.

Deste modo, fica evidente que as intervenções do núcleo ocorrem de maneira positiva buscando recursos para melhorar o atendimento aos discentes seja no âmbito social ou no espaço educacional, e que se torna um fator delicado que exige atenção diferenciada no que tange ao meio familiar, e pedagógico.

A inclusão requer o ambiente pedagógico estruturado e organizado como um espaço adequado para que os educandos se sintam acolhidos, valorizados e que possam desenvolver suas habilidades de forma autônoma.

Importa também que os profissionais da educação estejam atentos as especificidades, é relevante que o professor compreenda que o atendimento educacional especializado, atua como subsídios, para auxiliar no processo educativo, contribuindo para que as dificuldades sejam vencidas favorecendo a autonomia, liberdade de aprendizagem dos discentes.

Incluir, na Universidade, não é apenas permitir que o sujeito faça o vestibular por ampla concorrência ou acesse por meio das cotas. Incluir, na Universidade, é fazer a matrícula, ganhar um número, uma senha de acesso, mas, para além de tudo, é assegurar o sentimento do pertencimento, da acolhida, do sentir-se bem, produzindo, aprendendo em atos de colaboratividade, união, solidariedade, onde todos, em comunhão aprendem.

Enfim, inclusão é um processo amplo, complexo, a partir do qual se busca que os discentes se sintam reconhecidos por todos e todas, no espaço onde se encontram, podendo expor suas ideias e pensamentos, trocando experiências com as pessoas ao redor de forma segura e autônoma, desenvolvendo o potencial, com a certeza de que os direitos quanto a estudantes com deficiência e / ou com necessidades educativas especiais sejam garantidos, respeitados e acionados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

CARDOSO, Jusceli Maria Oliveira de Carvalho; FERREIRA, Rosimere dos Anjos. Reflexões contemporâneas sobre educação inclusiva: caminhos já trilhados, caminhadas ainda em construção. *In: Revista olhares docentes – FAEC*. Edição

temática Educação Especial e Inclusiva. Vol. 2, n. 4, edição temática Euclides da Cunha, jul. /Dez. 2018.

SANTIAGO, Ana C. A. **Educação especial: uma contextualização.** UNEAD, UNEB, Salvador, 2019.

SILVA, Márcia Raimunda de J. M. da; CARDOSO, Jusceli Maria Oliveira de Carvalho. **Núcleo de acessibilidade e apoio a educação inclusiva do Departamento de Educação Campus XI – Serrinha.** Serrinha: UNEB, 2019.

WOOS, Terezinha Rupolo. CONTE, Celso Antônio. Transtorno do espectro do autismo (tea): a integração e a inclusão na aprendizagem. *In:* SILVA, Américo Júnior Nunes da.(org.) **A educação enquanto Fenômeno Social: Política, Economia, Ciência e Cultura.** Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.